

Notícias do dia 23 de abril



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS



# Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Paulo Cezar Martins discute suspensão judicial da aquisição de aduelas realizada pelo Executivo .....3

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA  
TCE - GO

Data base gera insatisfação de deputados e silêncio de aliados .....4

FEDERAÇÃO GOIANA DE MUNICÍPIOS - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Está aberta as inscrições para a terceira edição do Programa de Compliance Público Municipal de 2024 .....6

# Paulo Cezar Martins discute suspensão judicial da aquisição de aduelas realizada pelo Executivo

Durante a sessão extraordinária desta terça-feira, 23, o deputado Paulo Cezar Martins (PL) abordou a suspensão, por parte do Tribunal de Contas de **Goiás** (TCE-GO), da licitação para aquisição de aduelas realizada pelo Governo Estadual. O processo de compras destinava-se à construção de pontes em municípios goianos e foi suspenso por suspeita de sobrepreço.

Para Martins, além do questionamento quanto à legalidade, o fornecimento das aduelas nos moldes estipulados pelo Governo não é eficiente, dado que a entrega das peças representa apenas o início das melhorias, ficando as prefeituras responsáveis pela continuidade e conclusão das obras.

Crítico da atual gestão, Paulo Cezar elencou, ainda, compromissos não cumpridos em relação aos professores da rede estadual, aos produtores rurais, com a chamada "taxa do agro", e questionou, também, a investigação do assassinato de Fábio Escobar. "É muito ruim o que estamos vivendo aqui em **Goiás**. Um Governo inoperante, que não tem planejamento", protestou por fim.

**Site:** <https://portal.al.go.leg.br/noticias/143921/paulo-cezar-martins-discute-suspensao-judicial-da-aquisicao-de-aduelas-realizada-pelo-executivo>

# Data base gera insatisfação de deputados e silêncio de aliados

Deputados na sessão desta terça (23): parlamentares esperam mais negociações sobre anos sem reposição (Sérgio Rocha)

Deputados da base aliada ao governador Ronaldo Caiado (UB) escolheram o silêncio nas primeiras sessões plenárias depois do envio, pelo Executivo, dos projetos de recomposição salarial para servidores estaduais, referentes às perdas no ano de 2023. Os parlamentares caiadistas mantêm reserva por conta da manutenção de passivo relativo ao não pagamento do reajuste nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Os representantes de categorias estaduais lidam diretamente com as reclamações dos servidores públicos, que cobram a recomposição integral, principalmente aqueles ligados à Secretaria de Segurança Pública. Para outras das maiores categorias, como Saúde, Educação e administrativos, há negociação em curso junto ao governo estadual para que o passivo seja incluído em projetos de reestruturação das carreiras.

"Como o governo se comprometeu a reestruturar as carreiras, a nossa expectativa é de que esses projetos sejam confirmados e enviados o mais breve possível para a Assembleia Legislativa. Até porque o percentual acumulado não poderia ser atendido apenas por meio da recomposição inflacionária. É preciso reestruturar. É o caso do Sintego, do Sindpúblico e do SindSaúde", afirma a deputada estadual Bia de Lima (PT).

Como antecipado pelo Giro, o governo enviou nesta segunda-feira (22) os dois projetos que estabelecem o índice de 4,62% para a data base referente a 2023, assim como a recomposição dos salários de professores da rede estadual. As propostas têm, impactos anuais de R\$ 319,8 milhões, para todos os servidores, e de R\$ 188,5 milhões para o magistério, em 2024. A previsão é de montante de R\$ 479,7 milhões e R\$ 197,3 milhões, respectivamente, para o próximo ano de 2025.

A aplicação da reposição anual deverá ocorrer a partir do dia 1º de maio, com índice superior à proposta inicial de 3,71%, apresentada em março pela administração às categorias. Ainda em março, o Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos de Goiás apresentou contraproposta ao governo com

a cobrança de 18,18% acumulados nos anos de 2019, 2020 e 2021, além da data base de 2023. As exigências, no entanto, foram rejeitadas pelo estado.

Enquanto os opositores sequer consideram apresentar emendas para aumentar o índice proposto de 4,62%, sem perspectivas de aprovação das mudanças, aliados reclamam, nos bastidores, da falta de resposta do governo sobre o passivo acumulado. Único a falar sobre o tema, Coronel Adailton (SD) defendeu a gestão Caiado mas pediu "sensibilidade" na negociação com os servidores.

"Nós estamos acompanhando muito de perto, junto às secretarias de Administração e da Fazenda, ouvindo as orientações do governador Ronaldo Caiado. Claro que acompanhamos também as nossas entidades que representam a segurança pública e também outros servidores. Não estão contentes com esse 4,62%. Definitivamente, não estão, mas é o que o governo do estado pode fazer nesse momento, principalmente em virtude do Regime de Recuperação Fiscal", aponta.

Apesar de afirmar não haver prazo para que a negociação sobre a defasagem salarial apresente resultados agora, o governista insistiu para que não seja abandonada. "Nós temos a convicção de que o governo está ciente do que ficou para trás desde 2019, com a defasagem da data base. Nós estaremos na luta buscando que ocorra, verdadeiramente, a reposição salarial. Apenas isso. Não é aumento de salário", afirmou Adailton.

Por definição do presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB), a tramitação dos projetos de data base enviados por Caiado só será iniciada quando matérias relativas à recomposição de todos os poderes e órgão autônomos forem protocoladas. Nesta terça-feira (23), o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) enviou projeto com a mesma previsão para reajuste de 4,62%.

"Nós vamos esperar porque vamos aguardar também dos outros poderes, como Tribunal de Justiça, Ministério Público, **Tribunal de Contas do Estado** e da própria **Alego**. Precisamos fazer em conjunto e ainda nesta semana devem estar chegando todos os outros projetos", aponta o líder do governo, Talles Barreto (UB), ao POPULAR.

Talles desconversou quando questionado sobre a recomposição do passivo de 18,18%. "A Secretaria de Administração está tomando conta disso. Mas vamos desenrolando esse de 2023 e tocar o barco. Depois, deve ter essa discussão entre cada categoria junto com a secretaria para discutir o anterior", afirma.

**Site: <https://opopular.com.br/politica/data-base-gera-insatisfac-o-de-deputados-e-silencio-de-aliados-1.3130841>**

# Está aberta as inscrições para a terceira edição do Programa de Compliance Público Municipal de 2024

## ***Jailka***

Atenção Gestores! As inscrições para terceira edição do Programa de Compliance Público Municipal (PCM) de 2024, em parceria com a Federação Goiana de Municípios (FGM) e **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (TCM-GO) estão abertas. O prazo para as inscrições iniciou-se no dia 22 de abril e encerram no dia 06 de maio. Não perca essa oportunidade!

O projeto tem como objetivo promover um conjunto de procedimentos que asseguram a conformidade da gestão com padrões éticos e legais entre os municípios goianos. Para mais informações sobre o projeto acesse o site da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) .

Desde 2022, 50 municípios goianos aceitaram o desafio de implementar um programa de compliance público em suas próprias administrações, seguindo o exemplo do que tem sido realizado no Poder Executivo estadual.

Para implementação do programa, o Poder Executivo do Estado de Goiás adotou como instrumentos de boas práticas técnicas e gerenciais baseadas nos seguintes modelos: ISO 31000:2018 - Gestão de Riscos, ISO 37001:2017 - Gestão Antissuborno, ISO 19600 - Sistema de Gestão de Compliance, ISO 19011:2011 - Diretrizes para Auditoria de Sistemas de Gestão e Controle Interno - Estrutura Integrada - 2013 do Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO); além de outros instrumentos e normas complementares indicadas pela Controladoria-Geral do Estado (responsável pelas orientações consultivas do Programa).

A materialização da implantação do Programa no âmbito desta Secretaria se deu com a assinatura do Termo de Compromisso s/nº de 21/03/2019, pelo Secretário de Estado-Chefe da **Controladoria Geral do Estado** (CGE), Senhor Henrique Moraes Ziller, pela Procuradora-Geral do Estado (PGE), Senhora Juliana Diniz Prudente e pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, à época, Senhor Rodney Rocha Miranda.

No referido Termo de Compromisso, a Pasta se comprometeu à adotar um conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais; a garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos, fomentando a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos, conforme os quatro eixos definidos no art. 3º do Decreto nº 9.406, de 18 de fevereiro de 2019; a instituir o Comitê Setorial de Compliance Público - PCP, colegiado de caráter consultivo e permanente, para questões relativas ao PCP, composto obrigatoriamente pelos dirigentes e demais membros da Alta Gestão do órgão, com competência para coordenar e executar o Programa sob a orientação consultiva da CGE-GO; e, a utilizar como referência as normas definidas no art. 8º do Decreto Estadual nº 9.406, de 18 de fevereiro de 2019, assim como outros instrumentos de boas práticas técnicas e gerenciais.

FGM

***Site: <https://fgm-go.org.br/esta-aberta-as-inscricoes-para-a-terceira-edicao-do-programa-de-compliance-publico-municipal-de-2024/>***